



## **Câmara dos Deputados** **Deputado Federal Padre João**

**À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **REQUERIMENTO DE MOÇÃO**

**Do Sr. Deputado Federal Padre João e outros**

Requer a aprovação de moção para manifestar preocupação e solicitar a imediata suspensão e revisão do Edital de Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 1, de 17 de maio de 2021, do Ministério do Meio Ambiente para observância dos Direitos Humanos e Princípios do Direito Ambiental de Informação e Participação.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja enviada Moção para manifestar preocupação e solicitar a imediata suspensão e revisão do Edital de Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 1, de 17 de maio de 2021, para observância dos Direitos Humanos e Princípios do Direito Ambiental de Informação e Participação do Ministério do Meio Ambiente, ao Sr. Ricardo Salles – Ministro de Meio Ambiente, ao Sr. Eduardo Fortunato Bim – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ao Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras – Procurador-Geral da República, ao Sr. Jarbas Soares Júnior – Procurador-Geral do Ministério Público de Minas Gerais, ao Sr. Romeu Zema – Governador do Estado de Minas Gerais, a Sra. Marília Carvalho de Melo – Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Agostinho Patrus - Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Sr. Arthur Lira - Presidente da Câmara dos Deputados e Sr. Rodrigo Pacheco - Presidente do Senado Federal.





## **Câmara dos Deputados** **Deputado Federal Padre João**

### **JUSTIFICATIVA**

Atendendo a solicitação do Movimento Minas Gerais contra a Incineração, apresento/apresentamos o pedido de aprovação desta Moção, considerando o objeto do Edital de Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 1, de 17 de maio de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, que visa a seleção de projetos para a gestão de resíduos sólidos a serem executados por Consórcios Públicos situados no Estado de Minas Gerais. Estes projetos fazem parte do Programa Lixão Zero do Governo Federal e possui dotação orçamentária de R\$ 100 milhões provenientes de recursos do Acordo Substitutivo de Multa Ambiental nº 01/2020, celebrado entre a mineradora Vale S. A. e o IBAMA, por ocasião do rompimento da Barragem Córrego do Feijão em Brumadinho em janeiro de 2019, o maior crime ambiental e trabalhista da nossa história, resultado de várias violações de Direitos Humanos.

O que é propagandeado como alternativa para a solução de um grave problema econômico, ambiental e social dos municípios mineiros, traz, na verdade, contradições estruturais em relação às legislações vigentes no âmbito federal e estadual, em especial quanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a Política Estadual de Resíduos Sólidos de Minas Gerais (PERS-MG).

Além disso, coloca em risco o trabalho dos catadores, a coleta seletiva, as metas para o desenvolvimento da reciclagem e desenvolvimento de novas soluções técnicas e econômicas, como as propostas pela economia circular e por ações contra os impactos para mitigação dos efeitos climáticos, de cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), entre outros.

Os consórcios municipais que submetem ao edital concorrem pelo investimento financeiro direcionado exclusivamente pela implantação de unidades de produção de combustível derivado de resíduos urbanos (CDRU), independentemente de haver interesse público ou viabilidade econômica para os consórcios. Essa obrigatoriedade incita de maneira desproporcional a implementação de tecnologias de incineração as quais destroem matérias-primas, colocam em risco a saúde pública e as oportunidades de desenvolvimento econômico por meio de estratégias de economia circular e reciclagem, além dificultar a preservação dos recursos naturais existentes, muitos destes, hoje seriamente ameaçados.





## **Câmara dos Deputados** **Deputado Federal Padre João**

O edital prioriza interesses privados com utilização de recursos públicos, bem como desconsidera as definições estabelecidas nos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), sem nenhum dispositivo mínimo de participação e controle social, rompendo a tradição mineira de construção de soluções compartilhadas e adequadas à legislação em curso.

Ademais, o edital proposto abre a possibilidade de tratamento de resíduos sem segregação na fonte, coletados de forma indiferenciada, um modelo tecnológico comprovadamente ineficaz e ineficiente, configurando, assim, grave retrocesso e desperdício de recurso público.

Um dos objetivos do citado edital é acabar com os lixões e aterros controlados em Minas Gerais, porém o mesmo limita a participação aos municípios atendidos por consórcios, o que restringe o edital a 406 dos 853 municípios mineiros. Porém, cabe destacar que 67% da população mineira não está vinculada a nenhum consórcio público e apenas 14% dessa população vive em municípios consorciados que ainda tem disposição irregular (lixões ou aterros controlados), o que nos faz inferir que o edital possui um alcance restrito, limitando a concorrência e excluindo a possibilidade de uma maior gama de municípios terem condições de se beneficiarem.

Assim, entendemos que o Edital deveria prever a possibilidade de que os municípios não consorciados e que tenham demanda significativa possam também apresentar propostas e participar do certame, para efetivamente implantar melhorias na sua gestão de resíduos, tais como expandir os programas de coleta seletiva de RSU, como preconizado pelas PNRS e PERS-MG, e construir unidades para o manejo dos resíduos coletados de forma diferenciada.

Somos totalmente favoráveis a aplicação dos R\$100 milhões para a melhoria na gestão de resíduos em Minas Gerais, ainda mais considerando o quão escasso de recursos é o setor. Entretanto, consideramos equivocada e mal estruturada a forma como está proposta a utilização dos recursos no referido edital, o que, infelizmente, resultará em desperdício do dinheiro público, vez que está propondo o financiamento e a implantação de uma rota tecnológica defasada, com inúmeros casos de insucesso em Minas Gerais, no Brasil e no mundo, indo na contramão das modernas práticas de gestão de resíduos.

Considerando a longa trajetória de Minas Gerais para construir soluções para a temática ambiental e social, na perspectiva de garantia de direitos humanos, na valorização da





## **Câmara dos Deputados** **Deputado Federal Padre João**

reciclagem e do trabalho dos catadores e catadoras considerando estudos científicos, SOLICITAMOS A IMEDIATA SUSPENSÃO E REVISÃO DO PRESENTE EDITAL, POR MEIO DA AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR, DE MODO A ADEQUÁ-LO ÀS PNRS E PERS-MG, BEM COMO AOS INTERESSES DO POVO MINEIRO.

A presente MOÇÃO foi elaborada a pedido do Movimento Minas Gerais contra a Incineração, do qual fazem parte CENTO E DEZENOVE (119) entidades, as quais são apresentadas no anexo da presente moção, e fundamentada em função dos argumentos técnicos e jurídicos elencados em duas Notas Técnicas sobre o edital, sendo uma delas elaborada pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Minas Gerais (ABES) e e a outra pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS) e por mais 10 entidades ligadas ao setor da reciclagem. As referidas Notas Técnicas podem ser acessadas em <http://bit.ly/incineracaonao>.

De modo a demonstrar a preocupação do povo mineiro frente ao presente edital, o Movimento Minas Gerais contra a Incineração elaborou uma petição virtual, a qual também solicita a suspensão e revisão do referido edital, e pode ser acessada pelo link <http://bit.ly/peticaoincineracaonao>.

Desta forma, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão no sentido da aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2021.

**Padre João**

**Deputado Federal – PT/MG**





## **Câmara dos Deputados Deputado Federal Padre João**

# **Anexo 1 Movimento Minas Contra a Incineração**

1. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR
2. Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária - ORIS
3. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental / Seção Minas Gerais - ABES/MG
4. Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - ANCAT
5. Núcleo Alter-Nativas de Produção – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
6. Instituto SUSTENTAR Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade
7. Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA
8. Coletivo Ah, é Lixo!?
9. Instituto ATEMIS – Análise do Trabalho e das Mutações Industriais e dos Serviços
10. Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing – WIEGO
11. Laboratório FLUXUS - UNICAMP
12. Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social - NUPEGS - do PPGA da PUC Minas
13. LI - Laboratório de Integração da PUC-Minas
14. Greenpeace Belo Horizonte
15. Coletivo Lixo Zero - Belo Horizonte
16. Coletivo Lixo Zero - Contagem
17. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - Itajubá
18. ONG São João Del Rei Lixo Zero
19. Pimp My Carroça
20. Projeto Pense Verde
21. Movimento Minas Pelo Futuro
22. Ikigai Engenharia e Arquitetura Sustentável
23. Grupo que luta pela preservação e criação do Parque Jardim América
24. Associação de Resíduos Sólidos Reciclando Hoje para um Futuro Melhor - ASCARF
25. Cooperativa dos Recicladores e Grupos de Produção do Barreiro e Região - COOPERSOLI
26. Repensando Hábitos
27. Iniciativa Verdejar BH Jardim América
28. Fundação Padre Olavo
29. Cooperativa dos Recolhedores Autônomos de Resíduos Sólidos e Materiais Recicláveis de Uberaba (COOPERU)
30. Coletivo Córrego Cercadinho e Ponte Queimada
31. E-Sustentável
32. Beagá Limpa
33. Vilize - Vida Lixo Zero
34. Quintal Floresta BH
35. Las Monas Permacultura
36. Engajamundo
37. Rede Lixo Zero Santa Tereza
38. São João del-Rei Lixo Zero





## **Câmara dos Deputados**

### **Deputado Federal Padre João**

39. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Nova União MG - UNICICLA
40. Associação dos Catadores de Pedro Leopoldo - ASCAPEL
41. Projeto Pomar BH
42. Movimento Mineiro pelo Direito dos Animais
43. Kombosa Seletiva
44. Jane Recicla
45. Mexeu com a Serra do Curral, mexeu comigo!
46. Organização de Desenvolvimento Sustentável - ODS
47. Compostus - Compostagem Doméstica
48. Dr. Catador - Compostagem Urbana
49. Cooperativa de Reciclagem da Rede de Economia Solidária - CATAUNIDOS
50. Vereadora Prof. Duda Salabert
51. Campanha Amazoniza-te
52. Instituto Ambiental Aondê
53. Instituto GEA
54. Instituto Lixo e Cidadania
55. Associação Brasileira de Combate ao Lixo no Mar
56. Associação dos Recicladores de Belo Horizonte - Associrecicle BH
57. Associação dos Catadores de Recicláveis de Além Paraíba - ACRAP
58. ACARI
59. Lenum Ambiental
60. Movimento Contra as Agressões à Natureza - MoCAN Peruíbe
61. Hospitais Sustentáveis
62. Projeto Hospitais Saudáveis
63. SapucaECO
64. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Itabirito - ASCITO
65. Cooperativa dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis da Pampulha - COOMARP
66. Projeto Manuelzão UFMG
67. Instituto Guaicuy
68. Ong Lagoa Viva
69. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste de Belo Horizonte - COPEMAR
70. Núcleo Alternativas de Produção da UFMG
71. SOS Serra de São Domingos - Poços de Caldas
72. Rede Nacional de Projecionistas Livres - Projetemos
73. Frente Socioambiental PL
74. Rede Comunitária em Ação - RECOA
75. Eco Ajuri Soluções Sustentáveis
76. Amigos do Parque Estadual Serra do Sobrado e Refúgio de Vida Silvestre Serra Aroeiras
77. Associação Poços Sustentáveis - APS
78. Cooperativa Central Rede Solidária dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais - Redesol
79. Vereadora Bella Gonçalves
80. Silksmig -Suprimentos e Cursos Serigráficos







## **Câmara dos Deputados**

### **Deputado Federal Padre João**

81. Santos Lixo Zero
82. Centro de Estudos, Pesquisa e Intervenção Ribeirão das Neves - CEPI-Neves
83. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Sarzedo - ACAMARES
84. ECOPHALT - Cidadania e Sustentabilidade, Ecologia com Praticidade
85. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Bocaiúva - ASCABOC
86. Associação dos Catadores de São Sebastião do Paraíso - ACASSP
87. Associação dos Catadores de Material Reciclado de São João del Rei - ASCAS
88. COMARB Baldim e Região
89. Cooperativa Solidária dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste - COOPERSOL-Leste
90. ONG Taquaraço Ecotur
91. Associação dos Catadores de Papel e Materiais Recicláveis de Nova Lima - Ascap-NL
92. Associação dos Seletores de Materiais Recicláveis de Caratinga - ASMARC
93. Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Lima - COOCAP
94. Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - ASMARE
95. Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Betim - ASCAPEL
96. Associação de Catadores Autônomos de Materiais Recicláveis de Contagem - ASMAC
97. Associação dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis de Ibititê -ASTRAPI
98. Associação dos Catadores Parceiros do Meio Ambiente de Igarapé - APAIG
99. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Sete Lagoas - ACRM
100. Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Ltda. - COOPERT
101. Cooperativa Regional de Reciclagem e Trabalho Ltda. ME - CRT
102. Associação de Catadores Amigos de Mateus Leme - ASCALEME
103. Associação dos Catadores e Triadores de Materiais recicláveis de Florestal - ASTRIFLORES
104. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pará de Minas - ASCAMP
105. Associação de Recicladores Arcoenses - ARA
106. Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Carmo do Cajurú - RECICARMO
107. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Oliveira - ASCOL
108. Associação dos Catadores de Papel e Papelão de Materiais Reaproveitáveis de Divinópolis - ASCADI
109. Associação de Catadores de Material Reciclável de Itapeçerica - ASCAMARI
110. Associação dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis de Barroso - ASCAB
111. Associação dos Catadores de Materiais Reciclados de Conselheiro Lafaiete - ASMARCOL
112. Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Ouro Branco - ASCOB
113. Associação de Catadores de Material Reciclável de Mariana - CAMAR
114. Associação de Materiais Recicláveis de Rancharia - ACMAR
115. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Matozinhos – ASMATOZ
116. Associação Mineira de Reciclagem - ASMIR
117. Associação dos Catadores e Recicladores Senhor Bom Jesus – SENHOR BOM JESUS

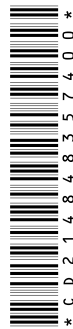




## **Câmara dos Deputados**

### **Deputado Federal Padre João**

118. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Santo Antônio do Monte - ASCASAM
119. Associação Sangonçalense dos Catadores de Materiais Reciclável – ASCAM







## **Requerimento** **(Do Sr. Padre João )**

Requer a aprovação de moção para manifestar preocupação e solicitar a imediata suspensão e revisão do Edital de Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 1, de 17 de maio de 2021, do Ministério do Meio Ambiente para observância dos Direitos Humanos e Princípios do Direito Ambiental de Informação e Participação.

Assinaram eletronicamente o documento CD214848357400, nesta ordem:

- 1 Dep. Padre João (PT/MG)
- 2 Dep. Airton Faleiro (PT/PA)
- 3 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 4 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 5 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 6 Dep. Paulão (PT/AL)
- 7 Dep. José Ricardo (PT/AM)
- 8 Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)
- 9 Dep. Marcon (PT/RS)
- 10 Dep. Benedita da Silva (PT/RJ)
- 11 Dep. Marília Arraes (PT/PE)
- 12 Dep. Luizianne Lins (PT/CE)
- 13 Dep. Pedro Uczai (PT/SC)
- 14 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 15 Dep. Célio Moura (PT/TO)
- 16 Dep. Vicentinho (PT/SP)
- 17 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 18 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA)
- 19 Dep. Vander Loubet (PT/MS)



- 20 Dep. José Guimarães (PT/CE)
- 21 Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG)
- 22 Dep. Zé Carlos (PT/MA)
- 23 Dep. Rejane Dias (PT/PI)
- 24 Dep. Carlos Veras (PT/PE)

